

Negociação com servidores avança

» **VERA BATISTA**

Após mais um dia de protestos, servidores começam a receber retorno do governo. Os do Judiciário Federal e do Ministério Público da União conquistaram o primeiro aceno positivo do **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Os administrativos da Polícia Federal, apesar das manifestações em frente à sede da PF e do Ministério do Planejamento, não sensibilizaram a ministra Miriam Belchior, mas acabaram sendo recebidos pelo assessor especial do ministro da Justiça, Marcelo Veiga. Já os funcionários do IBGE, que tiveram um tenso debate com a direção, ainda vão decidir se retornam ao trabalho. A paralisação no órgão dura mais de 60 dias.

Em sessão, na tarde ontem, o **STF** votou o Orçamento para 2015 e inseriu recursos extras da ordem de R\$ 100 milhões para o equilíbrio da remuneração dos servidores. A quantia, segundo Jailton Assis, diretor do sindicato da categoria (Sindjus), contempla as perdas inflacionárias de 40%, após oito anos sem plano de cargos e salários. "Embora a medida se restrinja aos servidores do **STF**, o lado bom é que foi enviada uma mensagem a todos os tribunais para que acompanhem esse comportamento", disse.

A notícia foi dada pelo diretor-geral do **STF**, Amarildo de Oliveira, que explicou: "Temos que continuar pressionando o ministro Lewandovski (**STF**) e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para que conversem com a presidente Dilma Rousseff, exijam que o Executivo respeite o Legislativo e não faça cortes radicais de verbas", disse.

A passeata dos administrativos da PF foi engrossada por aprovados no último concurso, que deveriam ter sido nomeados em julho, mas não foram convocados. Na reunião, Marcelo Veiga, do Ministério da Justiça, afirmou que até terça-feira anunciará uma data para as nomeações, e que as negociações serão retomadas.

No IBGE, o impasse continua. Em plenária convocada pela associação nacional dos servidores (AssIBGE), a categoria votou por uma nova reunião com a direção do órgão, para discutir reposição de dias parados e descontos nos salários. Em 11 de agosto, será decido pelo retorno ou não ao trabalho. Os participantes reafirmaram a decisão de entrega dos cargos em todos os estados, de recusa em dirigir veículos e de quaisquer outras atividades não previstas como funções do servidor. Em relação às demissões, a AssIBGE dará suporte jurídico nas ações coletivas e

individuais nos estados, além de garantir uma ajuda de custo de até R\$ 500 a cada demitido até o mês de setembro.